

ISSN 2675-9934

# Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato  
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº21 abril/2022

# OIPP

# **Boletim de Políticas Públicas**

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

## **Conselho editorial**

Agnaldo Valentin  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
André Gal Mountian  
Cristiane Kerches da Silva Leite  
Graziela Serroni Perosa  
José Carlos Vaz  
Ursula Dias Peres  
Valeria Barbosa de Magalhaes  
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

## **Editor**

André Gal Mountian

## **Vice-editor**

Agnaldo Valentin

## **Produção e divulgação**

Viviani Oliveira Fernandes  
Danilo Rastaino Freire de Sá

### Contato

E-mail: [boletimoipp@gmail.com](mailto:boletimoipp@gmail.com)

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



## Sumário

### Pesquisas em Políticas Públicas

**O Brazilian Policy Agendas Project:  
Novos caminhos na EACH/USP.....6**

*Carina Aparecida Santos, Felipe José Miguel Garcia, Felipe Brasil, Gabriel Rodrigues dos Santos, Leandro Teófilo, Lorraine Saldanha Freitas de Souza*

### Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

**Constituinte Chilena - parte 1..... 24**

*Ester Gammardella Rizzi*

**A centralidade da burocracia estatal francesa na ocupação e  
exploração de terras e povos estrangeiros: a formação da “máquina  
colonial francesa” e a participação do país na “corrida pela Oceania”  
..... 31**

*Felipe Antonio Honorato*

**Rádio e Televisão no Brasil: uma visão constitucional..... 37**

*Carlos Cinquegrana Jr., Otávio Scalabrin Hübner, Ráira Rezende Daliberto, Igor Queiroz Souza, João Marcelo M. Rangel*

# **Pesquisas em Políticas Públicas**

## O Brazilian Policy Agendas Project: Novos caminhos na EACH/USP

**Carina Aparecida Santos<sup>1</sup>, Felipe José Miguel Garcia<sup>2</sup>, Felipe Brasil<sup>3</sup>,  
Gabriel Rodrigues dos Santos<sup>4</sup>, Leandro Teófilo<sup>5</sup>, Lorraine Saldanha  
Freitas de Souza<sup>6</sup>**

### Resumo

O presente trabalho busca apresentar à comunidade acadêmica, principalmente da EACH-USP, o *Brazilian Policy Agendas Project*, grupo nacional integrante do Comparative Agendas Project, que tem como principal objetivo investigar os processos de definição e de mudança da agenda governamental no nível federal, monitorando e analisando - a partir de uma inovadora metodologia de sistema de códigos que mensuram a frequência do aparecimento de políticas públicas em diversos setores governamentais- a atenção conferida às diferentes políticas setoriais ao longo dos anos

---

1 Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP, Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Taubaté com especialização em Controladoria e Finanças pelo Grupo Universitário Uninter. Atua como Contadora no Município de São Bento do Sapucaí - SP, onde participa dos processos de elaboração das Peças de Planejamento Orçamentário, audiências públicas de prestação de contas bem como execução orçamentária e elaboração de demonstrações contábeis.

2 Graduando de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades na Universidade de São Paulo. Ingressou no grupo de pesquisa em agosto de 2021 e atua hoje na startup de recursos humanos e impacto social Labora Tech.

3 Doutor e Mestre em Ciência Política pela UFSCar, é Jovem Pesquisador e docente Nos programas de graduação e de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas na EACH-USP. É vice-líder do Brazilian Policy Agendas Project. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH - USP.

4 Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. Mestrando em regime de dedicação exclusiva pela CAPES no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes e Ciências Humanas/USP.

5 Graduado em Direito pela Universidade Camilo Castelo Branco e em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano. Especializado em Direito pela Escola Paulista da Magistratura. Mestrando em Gestão de Políticas Públicas EACH/USP. Atualmente atua como Assistente Judiciário junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo responsável pela assessoria jurídica do gabinete em que está lotado.

6 Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP e bolsista FAPESP em regime de dedicação exclusiva. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura, atuou como advogada desde 2013.

e dos governos. Apresentaremos também os trabalhos em desenvolvimento pelos pesquisadores de graduação e pós-graduação, que vêm se dedicando a estruturar, construir e organizar dados em novas frentes de trabalho dentro desta metodologia, para além daquelas que já se encontram consolidadas.

## **1. Introdução**

Estudar os processos pré-decisórios em políticas é, em essência, questionar: O que é um problema público? Quais são os problemas mais importantes nessa sociedade, nesse momento? Sobre quais problemas vamos nos debruçar? Quais temas serão considerados em detrimento de tantos outros? De que forma os governos e os tomadores de decisão selecionam, priorizam e definem sua agenda de atuação? É nesse complexo e competitivo processo que os estudos de agenda-setting e de mudança em políticas públicas estão situados. “Complexo” porque o reconhecimento das mais diversas questões existentes na sociedade envolve uma infinidade de variáveis. A passagem de simples questões para o status de problemas envolve valores, defesa de ideias, de interesses. Envolve, portanto, atores, instituições, grupos mais ou menos organizados, mais ou menos interessados num tipo específico de definição e de enquadramento de problema. “Competitivo” porque está inserido numa sociedade com recursos escassos, finitos, cuja racionalidade é limitada e cujo poder de atuação dos tomadores de decisão é definido por barreiras orçamentárias, por diferentes capacidades operacionais e cognitivas. São múltiplos os questionamentos envolvidos nos processos pré-decisórios que buscam entender as prioridades dos governos; a forma de influência de atores no processo de agenda-setting; o comportamento incremental ou pontuado das mudanças ao longo do tempo; o papel dos eventos focalizadores, a mobilização de opinião, da mídia e da opinião pública no processo de seleção e de priorização de temas na formação da agenda governamental. Esse artigo apresenta o histórico, os objetivos e os trabalhos produzidos e em produção do

Brazilian Policy Agendas Project, um grupo de pesquisas direcionado para o estudo da formação da agenda governamental brasileira, e que, após seis anos de existência, inaugura a instalação de um novo núcleo de pesquisa especializado na temática na EACH – USP.

Esse artigo é dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira, resgatamos os principais autores e conceitos envolvidos no campo de estudos de agenda-setting. A revisão bibliográfica realizada permite ao leitor acompanhar o processo de agendamento, seus principais autores, modelos e teorias de análises. Destaque é dado, portanto, para a atenção governamental como um indicador de extrema importância para o acompanhamento e seleção daquelas questões que entram, ou que são barradas no competitivo processo de políticas públicas. A segunda seção é dedicada ao histórico do Brazilian Policy Agendas Project – BPAP – da sua fundação, entre os anos de 2014 e 2015, aos desdobramentos, publicações, análises e feitos alcançados pelo grupo em 6 anos de atuação. Nessa recuperação histórica, são apontados os desafios do projeto nacional em integrar tão importante grupo de pesquisa internacional, o processo de adaptação e adequação metodológica para explicar o caso brasileiro, assim como as teses, trabalhos, artigos produzidos pelo grupo. Por fim, a terceira e última parte desse texto apresenta a agenda de pesquisa futura, já em desenvolvimento, com a chegada do BPAP para a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o BPAP amplia os horizontes de sua pesquisa, recruta novos pesquisadores e abre novas agendas de pesquisa sobre políticas públicas no Brasil. São apresentados, portanto, os novos pesquisadores e as novas pesquisas e objetivos para os anos que seguem a partir de 2022.



## **2. Os estudos sobre a formação da agenda e a dinâmica das políticas públicas: do cenário internacional para o Brasil**

Cobb e Elder (1972) ao produzirem uma literatura sobre a construção da *agenda* governamental dentro dos estudos da *policy sciences* fazem uma ponte que, posteriormente, John Kingdon (1984) resgatará em sua pesquisa sobre as práticas de montagem da *agenda-setting* no contexto estadunidense. O surgimento desses estudos inicialmente tinha como foco a inclusão de participantes no processo de expansão do conflito como reconhecimento de problemas via mobilização de opinião. Tais setores nem sempre querem intervir nessas questões, mas muitas vezes são compelidos a fazê-lo, seja pela pressão pública ou até a própria presença de outros tipos de problemas que forcem sua intervenção, já que o processo de transformar *questões* em *problemas* é caracterizado por um elemento perceptivo. (Schattschneider, 1960; Kingdon, 2003)

Assim como existem estratégias de mobilização de opinião há também meios para retenção dos problemas, para que não seja compreendido como problema público. A estrutura governamental pode ampliar a discussão ou suprimir o assunto, contudo não são todos os grupos e atores que conseguem acionar tal estrutura para apresentar suas demandas. Existem diferentes ferramentas e maneiras disponíveis para que tais tomadores de decisão adotem medidas restritivas na entrada e saída de temas na agenda governamental, caracterizando esse tal processo competitivo. Nessa linha, Bachrach e Baratz (1962, 1963) argumentam que o poder possui duas faces - a coerção e a capacidade de impedimento, isto é, a não-decisão enquanto forma de bloqueio onde demandas são impedidas de se tornarem problemas institucionais.

John Kingdon (2003) ao resgatar esses autores e conceitos para construção de um modelo sintético de análise de formação de agenda (*agenda-setting*), centraliza o processo subjetivo de

construção de símbolos, ideias, valores e interesses como moduladores de preferências que enquadram problemas e formulam políticas públicas. Para tanto, o autor busca mostrar como problemas são arranjos sociais que a partir de um processo perceptivo estabelece a construção de questões como problemas públicos que fazem com que os formuladores de políticas decidam fazer ou não fazer algo a respeito (Capella, 2015).

Assim como as ideias e valores são importantes na análise de John Kingdon, Baumgartner e o Jones (1993) lançam mão da Teoria do Equilíbrio Pontuado privilegiando o papel das instituições e do processamento de informação na dinâmica de formação e no processo de mudança da *agenda-setting* para explicar longos períodos incrementais, como também para explicar mudanças rápidas e de larga escala. Dessa forma, por conta da racionalidade limitada e de sua escassez de recursos, os autores compreendem a existência de um grupo seletivo de especialistas que operam de forma designada na definição dos rumos que uma determinada política pública deve seguir estabelecendo seu monopólio a partir de uma imagem definida. É essa ruptura que evidencia a queda do monopólio da política fazendo com que os atores institucionais construam novas ideias buscando um ambiente favorável para a consolidação da política.

Ao conduzir uma série de estudos de caso para demonstrar a aplicação do modelo no contexto estadunidense, Baumgartner e Jones buscaram, ao longo de várias décadas, medidas sistemáticas e comparáveis para uma análise de mudanças em longos períodos para compreensão das dinâmicas das políticas públicas, dando início, posteriormente, ao *Policy Agendas Project* (PAP). Ao mensurar a atenção dada a uma determinada área específica em diferentes esferas governamentais, o PAP se empenhou na construção de indicadores de atenção governamentais que - comparados ao longo do tempo - sinalizam qual setor de política concentra a atenção governamental. Entre os dados mapeados estão os projetos de lei, audiências públicas, leis aprovadas,

votações nominais, ordens executivas e vetos, discursos presidenciais, bem como outras fontes de dados que incluem textos de jornais, programas partidários, casos conduzidos pelo poder judiciário, leis orçamentárias, e dados de opinião pública.

Através desses conjuntos de dados que o projeto tornou possível a comparação sistemática e a mensuração da atenção na permanência ou mudança de uma questão de uma política pública ao longo do tempo permitindo a combinação de estudos longitudinais — que analisa e investiga a entrada e saída de temas da agenda em vários estágios de desenvolvimento e maturação ao longo do tempo; e estudos transversais (cross-sectional) — que permite propor explicações sobre o porquê alguns temas atingem alto nível de relevância e atenção na agenda e outros se mantêm fora dos holofotes (Brasil, Capela, Sudano, 2015).

No que concerne especificamente ao método utilizado pelo *Comparative Agendas Projects* (CAP), ele consiste em um sistema de codificação, cuja origem remonta o projeto de estudo sobre a formação da agenda governamental americana, desenvolvido por Baumgartner e Jones (1993), voltado a medir a atenção política de forma sistematizada e comparada ao longo dos anos. A possibilidade de organizar e medir os níveis de atenção sobre políticas públicas é instrumentalizada por meio de um sistema de codificação dotada dos predicados da universalidade e generalização, e portanto, com alto poder de indexação para todas as ações governamentais relevantes sobre quaisquer tópicos em particular (Baumgartner, Jones e Bonafont, 2020).

A partir de um livro de códigos (*codebook*) composto por 23 macrocódigos, como saúde, educação, agricultura, macroeconomia, energia, meio-ambiente, etc e mais de 200 subcódigos, Baumgartner e Jones vislumbraram a formação de uma infraestrutura de pesquisa, no sentido de criar uma metodologia fundada em um banco de dados sobre as ações dos governos em todas as suas frentes, monitorando a atenção política conferida ao

longo do tempo a cada uma das políticas setoriais codificadas. Desta forma, permite-se analisar os momentos de manutenção incremental bem como períodos de rápida mudança em diversas políticas públicas.

Vale destacar que um dos grandes valores atribuídos a este sistema de codificação reside na possibilidade de pesquisadores e estudantes analisarem e compararem as principais tendências e a atenção dada pelos formuladores de políticas ao longo do tempo entre os mais de 20 países integrantes do CAP, na medida a atribuição de um código universal às políticas setoriais sistematiza o foco de atenção dos governos e permite-nos analisar como esta atenção se move de um tema para o outro ao longo do tempo.

No Brasil, o CAP é representado pelo *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), que a partir dos esforços acadêmicos dos pesquisadores Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella e Dr. Felipe Gonçalves Brasil introduziram em nosso país esse sistema de codificação capaz de demonstrar, quantitativamente, os níveis de atenção dados às políticas públicas, ou seja, a prioridade dada à elas, pelos governos brasileiros, que até então, era carente de pesquisas sistemáticas sobre a percepção de problemas pela população capazes de serem utilizadas como referência para tais estudos (Capella, Brasil e Sudano, 2015). Cientes deste déficit, Capella e Brasil aceitaram o desafio e integraram o Brasil à rede do CAP por meio da análise inicial de seis tipos de documentos: emendas constitucionais, mensagens fazem o Congresso, discursos de posse Presidencial, medidas provisórias e leis aprovadas pela Câmara dos Deputados (em nível federal).

Desde sua implementação, no ano de 2015, novos projetos foram incrementados a esta rede, ampliando o escopo empírico do BPAP para estudos, como de políticas de educação básica; comparação entre os discursos oficiais dos Presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro sob a lente do populismo; pela análise comparativa longitudinal da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo Federal; pela abertura de novos caminhos nos estudos de

mídias através da análise os *tweets*, *retweets* e *replies* dos perfis oficiais do Governo Federal; e pela inclusão do Poder Judiciário, por meio da análise das decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade. Todas estas iniciativas serão melhor descritas ao longo deste artigo.

### **3. Histórico do BPAP 2015-2021**

*Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP) possui substancial base de dados já coletadas e codificadas pela metodologia do CAP, com destaque para os temas relacionados à opinião pública, emendas constitucionais, decretos legislativos, leis e leis complementares federais, medidas provisórias, decreto presidencial, mensagens ao Congresso Nacional e discurso de posse. A partir da sistematização destes dados, permite-se, por exemplo, pontuar problemas estruturais profundos e permanentes que possam influenciar a dinâmica de formação da agenda, jogando luz nas temáticas que mais se destacam e que são vistas como um problema para a sociedade. (Bevan, Palau,2020).

Além disto, ao se quantificar informações na forma preconizada pela metodologia do CAP, os pesquisadores brasileiros terão à sua disposição uma ferramenta que lhes proporcionará informações valiosas acerca daqueles temas já codificados - e de temas futuros que já se encontram em evolução na EACH , como se verá na próxima sessão- permitindo-lhes a realização de análises fundadas em dados objetivos sobre o que se passa nas esferas de governo brasileiro, a partir dos quais poderão confirmar as hipóteses relacionadas a comportamentos políticos e os fatores institucionais que afetam a dinâmica do processo de formação de agenda no nosso país.

Os pesquisadores do BPAP vêm desenvolvendo e promovendo a metodologia a partir destas bases de dados, testando-as por meio da publicação de trabalhos em revistas científicas de grande relevância no cenário acadêmico, dentre elas, o Cadernos Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas, na qual Brasil e

Capella publicaram o artigo intitulado “Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014”<sup>7</sup>. Na Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Andrade, Brasil e Capella abordam a agenda governamental brasileira a partir dos discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014)<sup>8</sup>. Em “Policy Change in Brazil: New Challenges for Policy Analysis in Latin America”<sup>9</sup>, Brasil, Fagan e Capella discutem e apresentam as análises descritivas sobre a dinâmica da atenção governamental a diferentes questões políticas ao longo do tempo. Já em “Dinâmica das Políticas de Saúde e de Assistência Social no Brasil: incrementalismo e pontuações na atenção governamental entre 1986 e 2003”<sup>10</sup>, publicado no repositório da UFSCar, o professor Felipe Brasil analisa a atenção de atores e instituições no processo de formulação das políticas de saúde e assistência social, buscando pontuar os momentos de equilíbrio e mudanças incrementais no período de 1986 a 2003. Também estão na lista de pesquisadores e de estudos construídos, Andrea Sudano, que defendeu sua tese de doutorado na UFSCar sob o título: A Agenda Governamental no Brasil: Análise da Atenção Presidencial na Nova República (1985-2014), e os mestres João Vitor dos Santos Andrade, com a dissertação Agenda de Políticas Públicas nos governos Dilma e Temer: suas características e a relação com o plano de governo e Cristiano Parra e o tema Entre energias renováveis e não renováveis: a atenção governamental dos governos federais na construção da política energética nacional entre 1995 e 2014.

Estas constantes publicações impulsionam a continuidade e destacam as atividades do do BPAP no cenário acadêmico nacional,

---

7 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/76950>>

8 Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/593>>

9 Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/197781>>

10 Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9539>>

as quais são prestigiadas e reconhecidas por Bryan Jones, um dos responsáveis por desenvolver a metodologia do CAP. No site oficial do Comparative Agendas Project <sup>11</sup>, o Brazilian Policy Agendas é destaque quanto aos projetos desenvolvidos pelo Professor Felipe Brasil e pelas publicações em parceria com o próprio Bryan Jones, como o artigo publicado na Revista de Administração Pública da FGV "Agenda setting: Policy change and policy dynamics, a brief introduction".

#### **4. Novos caminhos e novas agendas: O BPAP na EACH**

Desde a formação do *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), diversos estudos vêm tomando forma na busca de analisar o processo de mudança de atenção governamental na formação das prioridades em políticas públicas. Sendo a “atenção” um recurso escasso e importante para o processo de priorização na agenda governamental, analisá-la significa apontar as prioridades que um determinado governo compreende como políticas importantes em um determinado momento.

Motivados pela relevância do BPAP, um novo financiamento da FAPESP permitiu a instalação de um núcleo de pesquisas na EACH USP, coordenada pelo Professor Felipe Brasil que, desde Agosto de 2021 tem se dedicado a estruturar, construir e organizar dados em novas frentes de trabalho, para além daquelas já especificadas. O novo núcleo, agora a capital, tem como objetivo ampliar a capacidade analítica, atraindo e formando pessoal capacitado para entender e analisar o processo de formação de agenda e de mudanças em políticas públicas. Exemplo dessas novas frentes de trabalho e de estudos podem ser notados a partir da análise de conteúdo das decisões do controle de constitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, que inclui o estudo do Poder Judiciário no *BPAP* com um olhar atento à interdisciplinaridade entre as políticas públicas e o Direito,

---

11 <https://www.comparativeagendas.net/news/2>

proposta levada à cabo pela mestranda Lorraine Saldanha de Souza, bolsista FAPESP.

O valor desta pesquisa reside em sistematizar e expor o que se passa internamente na mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro, algo que a metodologia *do Comparative Agendas Projects* nos permitirá fazer e que será inédito no Brasil. Ao transparecer quais temas de políticas públicas o STF tem sido chamado a decidir, daremos à sociedade brasileira a prerrogativa do conhecimento acessível e de vigilância sobre as temáticas de políticas públicas de grande impacto social. Em nosso estudo, a metodologia é agregada ao valor do ineditismo, no que diz respeito ao mapeamento dos conteúdos das políticas públicas que têm ocupado a agenda de julgamento do STF e se tais decisões impactam ou não a produção de políticas públicas pelo Poder Executivo.

Por fim, considerando que um dos diferenciais provenientes da adoção da metodologia do CAP reside na possibilidade de comparação de dados em razão da equivalência de códigos, nossa pesquisa poderá contribuir para a construção de uma grande infraestrutura de pesquisa, comparando o teor das decisões de nossa Suprema Corte com as demais Cortes dos países integrantes do CAP.

O segundo caminho percorrido são os estudos de políticas setoriais que contribuem para a percepção dos avanços, retrocessos, contradições e omissões nas agendas presidenciais em perspectiva temporal comparada. Compreender como as prioridades ou alternativas para cada política setorial foram definidas, alteradas ou suprimidas ao longo do tempo é desafiador, mas de grande importância para a área de políticas públicas e para o aperfeiçoamento das políticas setoriais desenvolvidas no Brasil.

A política setorial de educação básica é um dos objetos de estudo do *BPAP* na EACH, na medida em que a discussão sobre a formação da agenda da educação básica brasileira é inadiável e merece a atenção da Academia. É importante que as agendas governamentais da educação básica sejam analisadas de forma



pormenorizada, com a utilização de evidências científicas e empíricas, apresentando diagnóstico personalizado acerca das escolhas políticas e prioridades realizadas pelo governo federal ao longo do tempo. Este diagnóstico é um passo importante para o aprimoramento das políticas de educação básica desenvolvidas no país.

Tal investigação conduzida pelo mestrando Leandro Teófilo tem por objetivo mapear, analisar e comparar como os temas relacionados à educação básica ingressaram nas prioridades governamentais e ascenderam à agenda governamental dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre 1995 e 2011. O estudo adota os subsistemas de políticas como unidade privilegiada de análise no processo de construção e de mudança das políticas de ensino básico no Brasil. Para isso, serão analisados os níveis de atenção dos presidentes sobre as políticas de ensino básico em documentos oficiais, seguido por uma análise qualitativa baseada na revisão bibliográfica e na realização de entrevistas com atores chave da educação básica buscando entender as ideias, os valores e interesses presentes nas comunidades de políticas que formataram a agenda e direcionaram a formulação de políticas ao longo do tempo e dos governos analisados.

A pesquisa pretende somar-se aos trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Mestrado em Gestão em Políticas Públicas da EACH, colaborando para a ampliação das pesquisas relacionadas às agendas governamentais e, em consequência, para o crescimento, valorização e divulgação do projeto nos diversos segmentos que integram a comunidade científica e acadêmica.

A terceira alternativa desses estudos reside na observação específica de indicadores de atenção que, ao longo do tempo, evidenciam suas políticas escolhidas, bem como na formação de possíveis estratégias para supressão destas dentre diversas outras questões nos setores políticos e sociais. Uma vez utilizados indicadores correlatos entre diferentes países integrantes,

seguindo os métodos e os estudos organizados pelo *Comparative Agenda Project* (CAP), torna-se possível analisá-los.

Quais são as políticas públicas privilegiadas nos discursos oficiais de Trump (2017-2020) e Bolsonaro (2019-2022)? Existem semelhanças e diferenças que aproximam e afastam os discursos desses dois atores? Em que medida tais agendas se aproximam das características do populismo conservador? Essas e outras questões serão respondidas de forma inédita e inovadora, expandindo o banco de dados brasileiro e aumentando as perspectivas do *BPAP* na EACH, ao realizar a análise em perspectiva comparada e internacional pelas lentes do populismo.

Para tanto, Gabriel Rodrigues, mestrando e bolsista CAPES, conduz sua dissertação a partir da construção dessa nova linha de pesquisa que busca compreender a formação de discursos como instrumentos que indicam prioridades políticas ao longo do tempo, mapeando, categorizando e analisando nos períodos pré e pós-eleitoral diferentes indicadores de atenção de ambos os presidentes até o fim de seus mandatos. Para análise do período pré-eleitoral estão os debates eleitorais e o plano de governo; já no período pós-eleitoral serão analisadas as declarações proferidas no *State of the Union* por Donald John Trump, e nos *Discursos de Posse e Mensagens ao Congresso* de Jair Messias Bolsonaro.

Em especial, esses documentos serão analisados inicialmente por uma abordagem transversal identificando possíveis mudanças e deslocamentos na atenção dos presidentes analisados em relação aos seus antecessores e, posteriormente, a partir da identificação de semelhanças e diferenças nas características entre os discursos anuais específicos de Trump e Bolsonaro.

Finalmente, para responder às questões pelas lentes do populismo é preciso compreender o tom e o enquadramento do discurso. Na análise qualitativa de tom, diferentemente da anterior, em que se mede apenas o percentual no aparecimento de diferentes políticas públicas ao longo do tempo, buscamos entender o enquadramento e o tom daquilo que se fala. Desta forma, este

projeto também fará o mapeamento da atenção dos candidatos/presidentes eleitos em suas manifestações no Twitter, perpassando os períodos pré e pós-eleitoral desde a oficialização da candidatura até o fim de seus mandatos.

Uma nova possibilidade de estudos, recentemente contemplada e financiada pelo Projeto Universal CNPq, amplia a atuação do BPAP e suas relações com a EACH: A análise do Orçamento Federal. Uma nova frente de trabalho em conjunto com a Profa. Dra. Ursula Peres e sua equipe de pesquisadores, tem o objetivo de adotar o orçamento federal como indicador de formação de agenda e de prioridades em políticas públicas em nível nacional mapeando e codificando o orçamento com os mesmos critérios metodológicos com que os demais dados são tratados. O estudo do orçamento público é uma ferramenta capaz de refletir as mudanças que ocorrem na sociedade, isso porque é por meio do planejamento orçamentário que se torna possível – ou não – a implementação de agendas governamentais, refletindo para quais políticas setoriais a atenção dos governantes está voltada no período de elaboração das peças de planejamento. Por ser o meio que viabiliza a realização de ações governamentais, o orçamento é relevante objeto de estudo da tomada de decisão em políticas públicas, de forma a compreender como o processo de formulação e implementação de agendas governamentais se relaciona com a dinâmica de distribuição orçamentária. Dessa forma, essa pesquisa busca trabalhar com duas tradições: a de análises orçamentárias, adotando o orçamento anual e as funções de gastos como objeto, unindo a tradição dos estudos de agenda-setting como base teórica e analítica para compreensão da dinâmica de prioridades governamentais a partir da distribuição orçamentária.

Baseado na estruturação orçamentária por distribuição por função de gasto, a mestrandia Carina Santos pretende entender qual a dinâmica da destinação orçamentária brasileira entre 1999 e 2010? Quais setores e funções são priorizados e quais são preteridos no processo de construção orçamentária ao longo dos

mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva? A dinâmica orçamentária desse período é marcada por incrementalismo ou é possível perceber mudanças pontuais e de grande impacto na destinação de recursos federais? Visando responder essas questões, esta linha de pesquisa utilizará métodos quantitativos e qualitativos para análise dos dados, implementando uma metodologia de análise com ferramentas pré determinadas pelo Comparative Agendas Project (CAP), formando assim, uma base comum de informações que possibilitem a comparação dos resultados obtidos com os demais países participantes do CAP. A execução da pesquisa se estruturará em diferentes etapas, que vão desde a seleção de dados, até o momento do exame das informações obtidas.

Por fim, vale ressaltar a atuação do *BPAP* na graduação, com a proposta de desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão. Exemplo da atuação na graduação pode ser dado com a pesquisa de Felipe Garcia, que atualmente analisa os *tweets*, *retweets* e *replies* dos perfis oficiais do Governo Federal, como as contas do Presidente da República (@jairbolsonaro) e a da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (@secomvc). O intuito desta pesquisa é a de captar a atenção da agenda governamental federal além dos espaços institucionais tradicionais (projetos de lei, decretos presidenciais, projetos de emenda à Constituição, mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional), a fim de perceber quais são as aproximações e distanciamentos entre a retórica formal para a retórica informal das redes sociais.

Ademais, a pesquisa abre um campo novo de análise na área de comunicação política e mídias digitais da Ciência Política, já que a metodologia do CAP, a partir do *Codebook* do *BPAP*, permite uma análise quantitativa e qualitativa das unidades de análise provenientes do Twitter (*tweets*, *retweets* e *replies*) e permite análises comparadas com outros banco de dados do próprio *BPAP*.

Diante da relevância destes projetos, em razão não apenas de seu ineditismo quanto à criação de um índice quantitativo acerca dos tópicos que norteiam as políticas públicas no Brasil, mas sobretudo em relação aos ganhos que nosso país pode ter ao evidenciarmos em dados o que se passa no âmbito dos setores governamentais, poderemos contribuir para a construção de uma infraestrutura de pesquisa em nosso país, entregando à comunidade de pesquisadores um mecanismo capaz de quantificar a atenção despendida pela política, de maneira comparada, ao longo do tempo.

Com a aprovação do projeto Auxílio Jovem Pesquisador FAPESP em agosto de 2021, o BPAP passou a ser nucleado na USP como um dos três projetos vigentes em toda a escola e tendo o professor Felipe Brasil como principal pesquisador e coordenador do grupo de pesquisa. Portanto, aos alunos que se interessarem em desenvolver projetos futuros no BPAP, farão parte de uma equipe focada em trazer à tona o que os governos brasileiros têm tratado como prioridade e os problemas renegados, porém, merecedores de atenção por parte de nossos governantes, cooperando para o desenvolvimento de um projeto voltado a identificar, reconhecer e transparecer os problemas de ordem econômica, social, político e jurídico que atingem a sociedade brasileira.

Juntos, podemos contribuir para a formulação de políticas públicas sustentadas por informações acerca de um setor social específico, de modo que seus beneficiários poderão usufruir das melhorias proporcionadas por uma política pública lúcida, pois desde a sua origem, esteve interessada em mapear e codificar qual o problema público que se destacou e em como estes problemas se moveram ao longo do tempo.

### **Referências Bibliográficas**

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. *The American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

\_\_\_\_\_. Decisions and non-decisions: An analytical

framework. *The American Political Science Review*, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.

BAUMGARTNER, F. R., JONES, B. D., & Bonafont, L. C. (2020). Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas. *Revista De Administração Pública*, 54(6), 1513–1525. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190455>>

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. *Agendas and Instability in American Politics*. University of Chicago Press. 1993

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Análises de Políticas Públicas in *Revista Agenda Política*. vol 3. n.2, Julho/Dezembro de 2015.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; SUDANO, A. C. G. P. O Estudo da Agenda Governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015*. v. 1. p. 01-45.

COBB, R. W., & ELDER, C. D. (1972) *Participation in American politics: The dynamics of agenda-building*. Boston, MA: Allyn and Bacon  
Engesser, Sven, Nayla Fawzi e Anders Olof Larsson. 2017. "Populist Online Communication: Introduction to the Special Issue". *Information, Communication & Society* 20 (9): 1279- 1292.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Longman Classics in Political Science. 2nd edition. 2003

PALAU, Anna M, BEVAN, Shaun. The comparative agendas project in Latin America: data and coding. *Rev. Adm. Pública* 54 (6) Nov-Dec 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/vsZ7wryXTddhSwd9MpKgRKP/abstract/?lang=en#>>

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The semi-sovereign people*. New York: Winston, 1960.

**Sociedade,  
Políticas Públicas  
e Gestão  
Governamental**

## Constituinte Chilena – parte 1<sup>12</sup>

**Ester Gammardella Rizzi<sup>13</sup>**

É difícil encontrar uma narrativa consensual sobre a maioria dos pontos em discussão na Convenção Constitucional chilena. Limites da validade do acordo de 15 de novembro de 2019, quórum de 2/3 para aprovação do texto, quais direitos devem ou não entrar no texto final, Congresso unicameral ou bicameral. Tudo parece estar em discussão: desde os diagnósticos sobre a sociedade, sobre o sistema político e sobre todas as insatisfações que levaram ao desejo de mudança até as propostas sobre a forma de Estado que surgirá a partir da Convenção Constitucional.

Um dos poucos pontos consensuais nesta história recente parece ser o seguinte: a Convenção Constitucional instalada em julho de 2021 só existe porque existiu o estallido social de outubro e novembro de 2019.

Que há umnexo causal entre as duas coisas, ninguém discorda. Mas... há controvérsias sobre o significado da convocação da Convenção Constitucional para a sociedade chilena. Há quem defenda que a Convenção Constitucional foi a grande vitória obtida pelo estallido social. Há outros que identificam no “Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución”<sup>14</sup> do dia 15 de novembro de 2019 uma grande astúcia dos membros do sistema político tradicional para amortecer e interromper uma revolta social que poderia obter transformações sociais muito mais profundas se continuasse.

O que aconteceu exatamente em outubro de 2019? Não é muito fácil explicar. Não é fácil porque o que aconteceu parece ter sido, ao

---

12 Este texto faz parte da série de quatro artigos sobre a estadia da autora no Chile. O texto original foi publicado no <https://www.conjur.com.br/2022-fev-23/rizzi-brasileira-convencao-constitucional-chilena-parte2>.

13 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

14

[https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/76280/1/Acuerdo\\_por\\_la\\_Paz.pdf](https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/76280/1/Acuerdo_por_la_Paz.pdf).



mesmo tempo, um movimento muito unido, apontando em um mesmo sentido em todo o território do Chile e, por outro lado, um caleidoscópio de pautas e reivindicações diversas. Há unidade e há pluralismo ao mesmo tempo. Parecido com a nova Constituição que está sendo elaborada.

### **“No son 30 pesos, son 30 años”**

A gota d’água que levou as pessoas a se manifestarem no que ficou conhecida como zona zero (zona cero) - antiga Praça Itália, hoje Praça Dignidade, estação de metrô Baquedano - foi um aumento da passagem do metrô em outubro de 2019. Vou tentar elaborar uma narrativa aproximada do que li e ouvi até aqui. Mas... é importante registrar: a minha será mais uma entre as muitas narrativas daqueles dias tão intensos.

Em primeiro lugar, é importante dizer que a insatisfação social chilena vem de muito antes de outubro de 2019. Desde ao menos 2006, com a chamada “revolta dos pinguins”, estudantes, mulheres, aposentados, e outros grupos sociais não tão organizados foram às ruas para protestar. Os protestos foram de diferentes tamanhos e com diferentes impactos em suas pautas específicas. O fato objetivo é que a sociedade chilena parecia mobilizada em suas diversas pautas.

Em 1 de outubro de 2019, por meio da Resolução 42.470/2019<sup>15</sup>, o governo do Presidente Piñera anunciou um aumento de 30 pesos nas tarifas de transporte público em Santiago, nos horários de pico (o equivalente a 20 centavos de Real). Desde o anúncio do aumento, alguns jovens passaram a ser vistos “saltando el torniquete”, ou pulando as catracas do metrô. A ação era uma forma de protesto político, organizada descentralizadamente. A semana do dia 14 de outubro teve início com esta ação política sendo praticada de forma mais intensa. Só na sexta-feira, porém, 18 de outubro de 2019, que a manifestação tomou maiores

---

15 <https://www.scribd.com/document/478302976/Resolucion-de-Alza-Tarifaria>.

proporções. “No son 30 pesos, son 30 años” tornou-se um lema daqueles dias. Os 30 anos do lema coincidem com os então 39 anos de vigência da Constituição de 1980, fato que não parece ser mera coincidência. Centenas de jovens começaram a “saltar el torniquete” das estações de metrô. Como reação, o governo chileno fechou no meio da tarde todas as estações de metrô, todo o sistema de transporte sobre trilhos da cidade. Considerando que este é um meio utilizado por aproximadamente 2,6 milhões de pessoas em dias úteis<sup>16</sup> e considerando que a população de Santiago é de aproximadamente 6 milhões, é possível vislumbrar o que significou para o deslocamento na cidade esse fechamento completo.

Em meu período no Chile, realizei entrevistas longas com 21 pessoas (de mais de meia hora, consentidas e gravadas). Dois convencionales (membros eleitos da Convenção Constitucional); quatro assessores de convencionales; seis professores universitários; dois pesquisadores com trabalhos ligados à Convenção; três administradores ou empresários; dois militantes ligados a ONGs e/ou pautas específicas; um funcionário público e um garçom. O texto está todo no masculino para tornar a lista mais fácil, mas entrevistei mais ou menos o mesmo número de mulheres e homens. Além disso, essas ocupações dizem respeito ao momento da entrevista. As/os assessores e convencionales. por exemplo, são também professores e militantes de movimentos sociais e outras ocupações. Mas como os entrevistei como convencionales e assessores, preferi classificá-los assim.

Cesia Arredondo, administradora de uma livraria em Santiago, ofereceu-me um relato detalhado sobre os eventos de outubro e novembro de 2019 dos quais participou dia a dia. A entrevista aconteceu na zona cero, epicentro das manifestações, o que tornou todas as memórias e narrativas vívidas, em diálogo com os lugares. Ela afirma que uma parte dos manifestantes de 18 de outubro de

---

16 <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/transportes/metro/el-metro-de-santiago-esta-transportando-a-2-6-millones-de-personas-en/2018-06-27/093857.html>.

2019 podem ter sido mais ou menos involuntários. Milhares de trabalhadores saindo de seus trabalhos na sexta-feira fim de tarde. Milhares de trabalhadores sem metrô para se deslocar de volta para suas casas. Uma das principais avenidas de Santiago já tomada por uma manifestação crescente. Santiago é uma cidade plana, as pessoas começaram a se deslocar a pé. Há algo, porém, que estes elementos objetivos não explicam completamente. Seria possível esperar - chamam a atenção Cesia e também Sérgio Grez, professor universitário também entrevistado - que as pessoas ficassem contra o movimento dos jovens, se irritassem com o protesto dos “pula-catracas” que levou ao fechamento do metrô, logo em uma sexta-feira à noite.

Não foi o que aconteceu. Ao contrário, em vez de irritação e descontentamento com o protesto, a maior parte das pessoas achou que a manifestação política dos jovens que pularam as catracas era justa e que deveria ser apoiada. Aliás, havia tantos motivos para protestar que... talvez fosse o caso de ir também às ruas protestar. Assim, o fechamento das estações de metrô impulsionou muitas cidadãs e cidadãos para as ruas, no que se tornou um gigantesco protesto. Em algum momento da noite, dezenas de estações de metrô foram incendiadas<sup>17</sup>.

Não consegui chegar a uma conclusão sobre exatamente o que aconteceu com as estações de metrô naquela noite. Alguns jovens seguem presos hoje, mais de dois anos depois, acusados como responsáveis pelos incidentes e danos daquela noite, e também dos dias que seguiram. Vários, porém, já foram inocentados por faltas de provas de que estariam envolvidos nos incêndios. A polícia chilena - ou os carabineros, como são chamados - começaram desde logo uma ação repressiva violenta às manifestações políticas<sup>18</sup>. No dia seguinte, 19 de outubro de 2019, Piñera voltou atrás e revogou

---

17 Em <https://www.metro.cl/noticias/balance-danos-19-de-octubre-2019> há um balanço dos danos descritos pelo próprio metrô de Santiago no dia 19 de outubro de 2019.

18 Alguns vídeos sobre o assunto: <https://interferencia.cl/articulos/dias-del-18o-tres-videos-de-brutalidad-policia-que-anticiparon-el-actuar-de-carabineros>.

o aumento de 30 pesos no preço das passagens. Mas... não eram 30 pesos, eram 30 anos de políticas neoliberais organizadas também pela Constituição de 1980. Mesmo com a decisão governamental de manter as tarifas antigas para o transporte, tanto o final de semana como a semana seguinte seguiram com inúmeros protestos.

É interessante registrar algumas reações do sistema político aos eventos. Desde o dia 19 de outubro, sábado, instalou-se em algumas cidades o toque de queda, ou toque de recolher. Ninguém estava autorizado a sair ou estar nas ruas entre às 22h e às 7h em Santiago e outros centros urbanos<sup>19</sup>, a medida se manteve nos dias que se seguiram<sup>20</sup>. Em 20 de outubro de 2019, domingo, Piñera anunciou que o país estava em guerra<sup>21</sup> e suspendeu as aulas da semana que estava por começar. No entanto, logo na segunda-feira, 21 de outubro, o General a cargo do Estado de Emergência no Chile, Javier Iturriaga, declarou “soy un hombre feliz, y la verdad es que no estoy en guerra con nadie”. Contrariava explicitamente, assim, a declaração do Presidente. O Exército não era mais um caminho de contenção da crise social. A repressão ficou mesmo a cargo da polícia, e seu saldo trágico foi o seguinte:

“Entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, para proteger o “modelo”, o governo do presidente Sebastián Piñera prendeu 22 mil pessoas, feriu quatro mil (sendo 282 crianças), torturou mil cidadãos (ou mais, pois este número diz respeito aos que tiveram coragem de denunciar), produziu traumas oculares em 460 chilenos, violentou sexualmente 183 vítimas e assassinou 27 vidas. Tudo isso em quatro meses, dentro de uma “democracia protegida”, blindada contra experimentos populares de tipo allendista.”<sup>22</sup>.

---

19 <https://radio.uchile.cl/2019/10/19/general-iturriaga-decreta-toque-de-queda/>.

20 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/santiago-e-outras-cidades-do-chile-terao-novo-toque-de-recolher.ghtml>.

21 <https://www.dw.com/es/pi%C3%B1era-estamos-en-guerra-contra-un-enemigo-poderoso/a-50910426>.

22 SALEM, Joana. A normalidade era o problema. Revista Rosa, 2021 Disponível em: <https://revistarosa.com/4/a-normalidade-era-o-problema>.

A violência usada contra os manifestantes parece ter aumentado o apoio da população às manifestações. Na segunda-feira seguinte, 21 de outubro, as ruas estavam cheias de manifestantes novamente. Em cidades de todo o território do Chile. E as manifestações foram ficando cada vez mais cheias, sempre com muita violência e repressão.

Parte da elite chilena começou a dizer “No lo vimos venir”<sup>23</sup>. Afirmavam, assim, ser uma surpresa o enorme mal-estar social que se manifestava nas ruas. Uma frase da esposa do Presidente Piñera, dita em um áudio que foi vazado para a imprensa, ficou famosa. Afirmava parecer que o Chile parecia ter sofrido uma invasão alienígena<sup>24</sup>. Ato contínuo, imagens de alienígenas passaram a ser usadas pelos manifestantes simbolizando o grau de desconhecimento e alienação de uma parte da sociedade chilena com as condições de vida em que vivia a maior parte da população.

O auge das manifestações ocorreu no dia 25 de outubro de 2019, a sexta-feira seguinte ao dia 18 de outubro<sup>25</sup>. Um milhão de pessoas foram às ruas. Os protestos já não diziam respeito aos 30 pesos que já tinham sido revogados. Um mal-estar geral muito mais amplo e disperso estava sendo manifestado ali. Muitos de meus entrevistados falaram a palavra “enojo” ou “nojo, repulsa, repugnância” para descrever o sentimento que levou os chilenos às ruas naquele fim de 2019. O sistema político e as desigualdades - outra palavra repetida em praticamente todas as minhas 21 entrevistas - geravam uma raiva misturada com repugnância. O sentimento era de rejeição, “destituinte” do que existia até ali. Contra o sistema. Contra os partidos políticos. Contra a lógica do Estado subsidiário, que se retira da vida social e deixa à iniciativa privada a responsabilidade por garantir, a depender da capacidade

---

23 [https://www.academia.edu/41501554/\\_No\\_lo\\_vimos\\_venir\\_Los\\_expertos\\_bajo\\_e\\_scrutinio](https://www.academia.edu/41501554/_No_lo_vimos_venir_Los_expertos_bajo_e_scrutinio).

24 [https://www.clarin.com/mundo/audio-cecilia-morel-esposa-pinera-absolutamente-sobrepasados-invasion-alienigena-0\\_zjs8xBQ5.html](https://www.clarin.com/mundo/audio-cecilia-morel-esposa-pinera-absolutamente-sobrepasados-invasion-alienigena-0_zjs8xBQ5.html).

25 <https://www.dw.com/es/casi-un-mill%C3%B3n-de-personas-se-manifestaron-en-santiago-de-chile/a-50996232>

econômica, direitos tão ligados à dignidade humana: saúde, educação, aposentadoria, transporte, água... Era um basta que se transformava em manifestações de grandes proporções nas ruas de todo o país.

Mesmo todos os esforços repressivos não foram capazes de diminuir nem a frequência nem a quantidade de pessoas das manifestações daquele fim de outubro e início de novembro de 2019. Em 30 de outubro, Piñera teve que anunciar publicamente que não seria possível sediar a COP 25, Conferência do Clima da ONU, que estava prevista para acontecer no Chile em novembro<sup>26</sup>.

Piñera estava enfraquecido, sem apoio das forças armadas. A crise política e social “caiu no colo” do Congresso Nacional Chileno, como descreveram também entrevistados. Alguém tinha que dar alguma resposta. O “Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución”<sup>27</sup> foi a saída encontrada para dar uma resposta institucional à imensa insatisfação que os manifestantes levavam para as ruas.

---

<sup>26</sup> <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/30/presidente-do-chile-anuncia-que-o-pais-nao-sediara-conferencia-do-clima-da-onu.ghtml>.

<sup>27</sup>

[https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/76280/1/Acuerdo\\_por\\_la\\_Paz.pdf](https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/76280/1/Acuerdo_por_la_Paz.pdf).

# A centralidade da burocracia estatal francesa na ocupação e exploração de terras e povos estrangeiros: a formação da “máquina colonial francesa” e a participação do país na “corrida pela Oceania”

Felipe Antonio Honorato<sup>28</sup>

## 1. Introdução

Gascoigne (2015) destaca que a França tem uma tradição de envolvimento entre burocracia e impulso científico e cita, também, uma ligação entre burocracia e centralização instintiva da informação. Não à toa, houve na nação europeia a formação de uma máquina científico-burocrática, altamente burocratizada e centralizada, que atuou para defender os interesses nacionais e coloniais franceses (McCLELLAN III; REGOURD, 2001) e se expandiu justamente no período de consolidação da França como uma das grandes potências coloniais mundiais - a “máquina colonial francesa”. O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a formação paulatina de uma burocracia estatal francesa voltada para o colonialismo e a expansão do império colonial francês, olhando mais especificamente para o século XVIII, período de intensa exploração da Oceania por parte de ingleses e franceses onde a participação do Estado foi decisiva para que a França

---

28 Doutorando em Mudança Social e Participação Política, mestre em Estudos Culturais e bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP); especialista em Gestão de políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade de Brasília (UnB). É pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM / EACH - USP). Integrou a rede de jovens pesquisadores da Cátedra Jean Monnet / FECAP entre 2020 e 2021, atuando no grupo de trabalho sobre migrantes e refugiados e foi professor da Faculdade IESCAMP (Campinas - SP), entre 2019 e 2021. Email: felipe.honorato@alumni.usp.br.

obtivesse a hegemonia, ao menos numérica, das expedições marítimas que vasculhavam esta parte do planeta. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

## **2. A entrada da França no advento colonial**

A França, no século XVI, não possuía política colonial (FERRO, 2017). O país começa a formar seu império no século XVII, com pequenas provisões e colônias de exploração (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). De início, o país ocupou áreas periféricas nas Américas, costa da África e Oceano Índico (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). O grande interesse, no entanto, é pela Ásia (FERRO, 2017): em 1644 são fundadas a Companhia Francesa das Índias Orientais e a Companhia Francesa das Índias Ocidentais (FERRO, 2017). A França, porém, enfrentará grande concorrência de holandeses e ingleses na região, o que tornará o projeto de colonizar áreas ali, ao menos neste momento, inviável (FERRO, 2017).

Já no século XVIII, muito por causa da produção de açúcar de São Domingo (atual Haiti) (McCLELLAN III; REGOURD, 2001), a França passa a rivalizar com a Inglaterra como maior potência colonial e mundial (McCLELLAN III; REGOURD, 2001).

## **3. A formação da “máquina colonial” francesa**

Como dito na introdução, a França tem uma tradição de envolvimento entre burocracia e impulso científico (GASCOIGNE, 2015); Gascoigne (2015) cita, também, uma ligação entre burocracia e centralização instintiva da informação. McClellan III e Regourd (2001) reafirmam esta narrativa, citando que o país, durante o *ancien régime*, representa um caso único para exploração das ligações entre ciência e colonização, destacando que lá houve a formação de uma máquina científico-burocrática, altamente burocratizada e centralizada, que atuou para defender os interesses nacionais e coloniais franceses, além dos interesses dinásticos da monarquia dos Bourbons. Esta estrutura cresceu



principalmente durante o século XVIII, quando justamente o império francês começou a se expandir.

O primeiro pilar desta máquina científico-burocrática, e que se mostrou basilar para o desenvolvimento do colonialismo francês foi o desenvolvimento da medicina (McCLELLAN III; REGOURD, 2001), principalmente das medicinas tropical e colonial. Neste tocante, teve papel essencial a Marine Royale, “um prodígio laboratório de pesquisa” (McCLELLAN III; REGOURD, 2001, p. 32). Com o passar do tempo, sociedades e academias de medicina foram se formando: Académie Royale de Chirurgie (1731), Académie Royale de Marine at Brest (1752), Société Royale de Médecine (1778) (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). Algumas dessas academias e sociedades tinham representantes nas colônias e/ou recebiam relatórios sobre doenças tropicais; as academias ligadas à marinha tinham contato direto com tripulantes afetados por elas (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). Além disto, foi estabelecida uma rede médica complementar instalada nas colônias, onde equipes apontadas pelo Estado eram empregadas e, dentre outras coisas, conduziam pesquisas in loco - a médecins du roi (McCLELLAN III; REGOURD, 2001).

A botânica e a história natural também formaram uma engrenagem importante da máquina colonial francesa. A coleta e investigação desses materiais e informações começou com missionários e logo foi institucionalizado pelo governo francês: em 1635 foram estabelecidos os Jardin du Roi (McCLELLAN III; REGOURD, 2001); os Jardin du Roi, bem como Académie des Sciences, enviavam seus botânicos em expedição às colônias, além de indicar nomes para cargos científicos em territórios coloniais (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). Para estimular a agronomia colonial, foi criada, em 1763, a Chambres d'Agriculture (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). No mesmo período, era fundada, em Paris, a Société Royale d'Agriculture (McCLELLAN III; REGOURD, 2001).

#### **4. A centralidade da participação do Estado francês na “corrida pela Oceania”**

A Paz de Paris encerrou a Guerra dos Sete anos em 1763 (GASCOIGNE, 2015). Conflito travado entre França, Inglaterra e aliados (GASCOIGNE, 2015), ele pode ser visto como uma acomodação de forças na Europa, em um momento em que Inglaterra e França se consolidavam como potências hegemônicas no mundo. Derrotada, a França se virou para o Pacífico como solução para encontrar novas terras e povos para ocupação, exploração e espoliação e equilibrar novamente o jogo de forças com os ingleses (GASCOIGNE, 2015). Neste período, a vastidão do Oceano Pacífico era praticamente desconhecida para o europeu e navegar por ele representava um grande desafio técnico: corria-se atrás de uma metodologia para determinar, com exatidão, posição e longitude (GASCOIGNE, 2015).

Explorar a Oceania, e conseqüentemente, desenvolver técnicas confiáveis para determinação de posição e longitude, neste período histórico, não se configurou como interesse específico dos franceses: a Inglaterra também se interessou pelo assunto. De forma curiosa, o que se viu foi uma cooperação das duas nações, rivais em muitos campos, neste processo (GASCOIGNE, 2015).

A expedição pioneira francesa no Pacífico foi a realizada por Louis Bougainville entre 1766 e 1769, que não contou com apoio estatal (GASCOIGNE, 2015). Bougainville adotou uma metodologia heterogênea, formada por diferentes técnicas fornecidas pela astronomia (como a observação lunar, por exemplo), para evitar “pontos cegos” em sua navegação (GASCOIGNE, 2015).

A partir de 1771 o Estado francês passou a apoiar algumas destas expedições, que, como resultado, ganharam caráter mais científico e puderam dispor de mais equipamentos (GASCOIGNE, 2015); com isso, importantes inovações foram introduzidas: começou-se a utilizar com frequência cronômetros na combinação de técnicas para determinação de posição e longitude (GASCOIGNE, 2015). O país, unilateralmente, passou a usar, de forma crescente,

técnicas e equipamentos ingleses em suas navegações: o horário do meridiano de Greenwich se tornou padrão, em detrimento da hora de Paris, além de muitos cronômetros de fabricação inglesa, por planejamento ou necessidade, terem sido incorporados a expedições da França (GASCOIGNE, 2015). Este momento serviu para marcar uma grande diferença entre expedições francesas e inglesas: as expedições organizadas pela França levavam muitos civis ligados às ciências à bordo, enquanto nas expedições inglesas a tripulação naval geralmente ficava encarregada pelas medições e pela leitura dos equipamentos astronômicos e geográficos (GASCOIGNE, 2015).

Em 1792, consolidando o caráter científico de seu projeto de determinação da latitude e mirando rivalizar à altura com os ingleses nesta “corrida tecnológica”, Os franceses acabaram por criar um órgão governamental dedicado ao assunto: o Bureau des longitudes (GASCOIGNE, 2015). O órgão, voltado para a astronomia, tinha sob sua responsabilidade o Observatoire de Paris e a École militaire.

A partir do início do século XIX, o uso de cronômetros para medição de longitude e posição se estabeleceu como metodologia mais acurada (GASCOIGNE, 2015). Nos navios franceses também se tornou comum a presença do círculo de Borda, equipamento de medição inventado na própria França (GASCOIGNE, 2015). Neste momento há a formação de uma conjuntura muito específica na Europa: as Guerras Napoleônicas se encerram, levando o continente a certa estabilidade. Tal estabilidade, por sua vez, permite que o capitalismo passe por uma fase de expansão, alimentada pelas Revoluções Industriais, que o levará a ter um caráter monopolista e expansionista. Este panorama faz com que nos períodos da Restauração (1814–30) e da Monarquia de Julho (1830–48) franceses as expedições para a Oceania sofram um boom, excedendo o número de viagens organizadas pelos ingleses (GASCOIGNE, 2015): foram realizadas as expedições Uranie, de Louis de Freycinet (1817–1820); Coquille, de Isidore Duperry

(1822–1825); Bayonnaise, de Louis de Tromelin (1826–1829); Bonite, de Auguste-Nicholas Vaillant (1836–1837), dentre outras (GASCOIGNE, 2015).

### **5. Considerações finais**

A exploração da Oceania e a busca pela precisão na determinação da latitude e da longitude mostraram a importância que a ciência tem para um Estado expansionista (GASCOIGNE, 2015) e, não à toa, a ciência ocupou lugar central nas justificativas para ocupação, exploração e espoliação de terras e povos estrangeiros na fase imperial do colonialismo. O caso francês, justamente, é o principal exemplo, dentre as antigas potências coloniais, do entrelace da ciência com o Estado e o ímpeto expansionista.

### **Referências bibliográficas**

FERRO, Marc. A colonização explicada a todos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GASCOIGNE, John. Navigating the Pacific from Bougainville to Dumont d'Urville: French Approaches to Determining Longitude, 1766-1840. In: DUNN, Richard; HIGGIT, Rebekah (Eds.). Navigational Enterprises in Europe and its Empires, 1730-1850. London: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 180-197.

McCLELLAN III, James; REGOURD, François. The Colonial Machine: French Science and Colonization in the Ancien Régime. *Osiris*, v. 15 (Nature and Empire: Science and the colonial Enterprise), University of Chicago Press, p. 31-50, 2001.

# Rádio e Televisão no Brasil: uma visão constitucional<sup>29</sup>

**Carlos Cinquegrana Jr.<sup>30</sup>, Otávio Scalabrin Hübner<sup>31</sup>, Ráira Rezende Daliberto<sup>32</sup>, Igor Queiroz Souza<sup>33</sup>, João Marcelo M. Rangel<sup>34</sup>**

## 1. Introdução

Segundo o Jornal Folha de São Paulo, em notícia publicada em 30 de outubro de 2019, o Presidente da República Jair Bolsonaro “ameaçou não renovar a concessão da TV Globo, maior emissora [de televisão aberta] do país depois que o Jornal Nacional revelou que o nome dele foi citado na investigação do assassinato da vereadora [carioca] Marielle Franco.”

Pode o poder executivo federal decidir monocraticamente sobre tal tema (renovação de concessões de serviços de radiodifusão)? O que normatiza a Constituição Federal sobre a questão?

Neste ensaio, desenvolvemos um histórico da normatização da radiodifusão por imagens (televisão aberta) nas constituições brasileiras anteriores à de 1988, o uso político e as várias pressões exercidas pelos poderes constituídos na atividade durante a história recente do país, para daí relacionarmos os direitos, garantias e deveres presentes na Carta atual, passando pelo crescimento e pelo empoderamento do meio.

---

29 Agradecemos a Profa. Dra. Ana Carla Bliacheriene.

30 Consultor em planejamento estratégico de marketing e mídia. Consultor em marketing político. Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela FAAP – SP. Bacharel em Comunicação Social (Rádio e Televisão) pela FAAP – SP. Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo.

31 Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.

323232 Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.

33 Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.

34 Graduando em Medicina pela UNIARA.

## **2. Radiodifusão e Televisão nas Constituições Brasileiras até 1988**

A primeira vez que a transmissão por radiofrequência mereceu atenção de nossa legislação foi em 1917, quando o então presidente Venceslau Brás publicou decreto estabelecendo que eram “da exclusiva competência do Governo Federal os serviços radiotelegraphico e radiotelephonico no território brasileiro”, que ficaram sob o Poder Executivo, em particular da Repartição Geral de Correios e Telegraphos do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Em 7 de setembro de 1922, por ocasião do primeiro centenário da independência, se dá a transmissão inaugural do rádio no Brasil, no caso uma fala do presidente Epitácio Pessoa, mas é somente em 1923 que começa a operação comercial da primeira emissora do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de propriedade de Roquette Pinto. Neste mesmo ano, a citada Repartição Geral concede autorização para inserções comerciais nas programações (GODOI, 2001).

Somente com o advento do surgimento de algumas centenas de emissoras, principalmente nas capitais, já sob Getúlio Vargas, em 1931, houve nova regulamentação do setor com a promulgação de novo decreto que adotava o modelo de radiodifusão estadunidense, com a concessão pelo Executivo de canais particulares de transmissão e a legalização da veiculação de publicidade. Pela primeira vez o governo se autodeclarava único proprietário das “ondas”, concedendo sua exploração às Sociedades Civis Nacionais. Textualmente o decreto dizia que:

O governo da União promoverá a unificação de serviços de radiodifusão no sentido de construir uma rede nacional que atenda aos objetivos de tais serviços e que a orientação educacional das estações da rede nacional de radiodifusão caberá ao Ministério da Educação e Saúde Pública e sua fiscalização técnica competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas. (CASTRO, 2014).

Na constituição de 1937, que estabeleceu o Estado Novo, pela primeira vez é especificado o termo radiodifusão. O artigo 15 estabelecia como parte das competências privativas da União,

“explorar ou dar em concessão os serviços de telegrapho, rádio- comunicação e navegação aérea” O artigo 16 reforçou, acrescentando que competia exclusivamente à União o poder de legislar sobre a matéria. No capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, há ainda a prerrogativa de censura prévia “da imprensa, do teatro, do cinematographo, da radio- difusão...facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação” (GODOI, 2001).

Em 1946, com o final do Estado Novo, tem-se a promulgação de uma nova Constituição, e a radiodifusão aparece de forma clara nas Competências da União, já nas disposições preliminares (capítulo 1) do Título 1, onde o inciso XII do artigo 5º afirma que compete à União “explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão [...]” (BRASIL, 1946)

Tem-se ainda nesta Carta, em seu Título V – Da Ordem econômica e social:

Art. 160. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas [...] assim como de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuando os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros [natos] caberá, exclusivamente a responsabilidade principal delas e sua orientação intelectual e administrativa. (BRASIL, 1946)

Em 1961 Jânio Quadros cria o Conselho Nacional de Telecomunicações, sempre sob o controle do Executivo através de seu Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1962, com a renúncia de Quadros, coube a João Goulart a sanção do primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações.

No decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, sancionado por Goulart fica claro novamente que “compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens”. O decreto previu, ainda, o processo licitatório para a concessão e prazos de vigência que variavam de 5 a 30 anos. (BRASIL, 1963)

Após o golpe de 1964, é promulgada a constituição de 1967, que copiou das anteriores sobre o tema “radiodifusão” e a menciona em conjunto com a televisão. De forma bastante curiosa, na Constituição de 1967 não há menção sobre a administração ou a concessão dos serviços radiodifusão ou de televisão como competência da União, como existe na de 1946 e como haverá novamente em 1988. (BRASIL, 1967) Na prática a competência nunca saiu do Poder Executivo, ficando então no Ministério das Comunicações.

Durante o regime militar houve um reordenamento do cenário das emissoras de rádio e televisão no Brasil. A primeira emissora a perder sua concessão, foi a TV Excelsior, paulista, em 1970, de propriedade da família Simonsen. Em 1972 foi a vez da TV Continental, do Rio de Janeiro. Finalmente, em 1980 foi a vez da outrora poderosa Rede Tupi, cujos canais foram disponibilizados anos depois para a criação do SBT (então TVS), do sempre alinhado Sílvio Santos. As cassações das concessões se davam, oficialmente, por motivos econômicos – dívidas com tributos federais. Novas concessões foram distribuídas a novos grupos empresariais, muitos ligados a políticos simpáticos ao regime (SOBRINHO, 2011).

O período coincide com inovações tecnológicas, que vão ao encontro com os objetivos de “integração nacional” do regime, sendo as grandes emissoras incentivadas a formar redes nacionais. O caso mais emblemático foi o da TV Globo, com sede no Rio de Janeiro, de propriedade da família Marinho, que soube aproveitar a ocasião e, com soma da colaboração oficial com competência artística e empresarial, se tornou rapidamente a maior, mais assistida e mais rentável rede do país (PRIOLLI e CLARK, 1991).

### **3. Radiodifusão (e televisão) na Constituição de 1988**

Com o fim do Regime Militar, o Brasil cria sua nova Constituição. Na Assembleia Constituinte de 1988, inúmeros grupos de pressão se mobilizaram na defesa de seus interesses e os então concessionários de serviços de radiodifusão – rádio e televisão, não foram exceção. Compostos em grande número por políticos, tais



grupos buscaram garantir a continuidade de seus negócios e blindagem contra investidas personalistas de ocupantes do Poder Executivo, rompendo com o que vinha sendo a prática desde o surgimento das primeiras estações de rádio, em sucessivas constituições. Não somente as atribuições relevantes sobre o tema passaram do Poder Executivo para o Legislativo, como foi estabelecido que, para a não renovação de uma concessão de rádio ou de televisão vigente passam a ser necessários os votos de dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal. É uma prerrogativa exclusiva, não adotada em nenhuma outra modalidade de concessão de serviço público e que, ao fim e ao cabo, inviabiliza na prática sua descontinuidade.

Na Constituição de 1988, ora em vigor no Brasil, a normatização das concessões – autorizações dos serviços de transmissão de televisão está presente em destaque nos seguintes artigos, incisos e alíneas do Capítulo II:

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão (SENADO FEDERAL, 2016).

Pelo descrito acima, pode-se concluir que o espectro eletromagnético de tráfego de sinais de comunicação é considerado como uma propriedade do Estado, como por exemplo o subsolo ou os oceanos. Acrescenta-se a estes dispositivos o inciso XII do artigo 48 da Constituição:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

[...]

XII - telecomunicações e radiodifusão. (SENADO FEDERAL, 2016)

Neste caso fica claro que as disposições sobre a utilização e a exploração deste recurso [espectro eletromagnético de tráfego de comunicações] são regulamentadas pelo poder legislativo. Já no

próprio título “Da Ordem Social”, no capítulo V, “Da Comunicação Social”, A Constituição aprofunda-se mais na temática de regulação da radiodifusão:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores (SENADO FEDERAL, 2016).

No artigo 223, a Constituição concede ao Poder Executivo a competência para outorgar, mediante devido processo licitatório e renovar concessões de Rádio e Televisão, porém a mesma Constituição limita o Poder quanto à não renovação.

#### **4. Conclusão**

Observa-se que até a constituição de 1988, os presidentes possuíam um histórico de utilizar da ausência de leis e normas, ou da manipulação das existentes, para conduzir os ramos de comunicação a seu favor, inclusive por punições, como por exemplo, cassando as concessões dos desafetos. Entretanto, na nova constituição, foram introduzidas limitações que ajudaram a regular as relações entre o poder político e as áreas de comunicação.

Ocorre que, como vimos, a Constituição Federal de 1988 ora em vigor, limita sobremaneira qualquer arroubo autoritário do titular do Poder Executivo na cassação, que necessita de expressa autorização do judiciário, ou na não renovação de uma concessão vincenda de emissora estabelecida de Televisão aberta, que demandaria por sua vez uma votação expressiva de parte do Congresso Nacional.

A ameaça de não renovação da concessão, seja da poderosa Rede Globo, seja de uma pequena emissora de rádio de curto alcance em alguma localidade remota é uma tentativa, que vimos inútil, de

intimidar sua linha editorial. Inútil e ilegal, sob nossa Constituição, além de imoral.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em 30-nov-2021

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) Acesso em 30-nov-2021

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1967. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm) Acesso em 02-dez-2021

BRASIL. Decreto No 52.795, de 31 de Outubro de 1963. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d52795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm) Acesso em 02-dez-2021

CASTRO, José de Almeida. História da Rádio no Brasil. Notícias da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Brasília, 2014.

GODOI, Guilherme Canela de Souza. Históricos e perspectivas: uma análise da Legislação e dos Projetos de Lei sobre radiodifusão no Brasil. Cadernos de CEAM: As relações entre mídia e política, Brasília, ano 2, n.6, 2001.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. – Presidente Bolsonaro ameaça não renovar concessão da Rede Globo – matérias 2019 - 2020.

PRIOLLI, Gabriel; CLARK, Walter. O Campeão de Audiência. Ed. Summus. São Paulo.1991.

SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

SOBRINHO, José Bonifácio O. O Livro do Boni, Ed. Casa da Palavra.  
São Paulo. 2011.